



agui mouuu

mm

dequito!

O. Gifford Lecturer
Capítulo 3

11. São Tomás de Aquino e a primazia do Intelecto

Há mais de quarenta anos, Etienne Gilson, o grande revigorador da filosofia cristã, falando em Aberdeen na posição de *Gifford Lecturer*, discursou sobre o reflorescimento magnífico da filosofia grega no século XIII; o resultado foi uma formulação clássica e a meu ver duradoura — *O Espírito da filosofia medieval* — do “princípio básico de toda a especulação medieval.” Referiu-se à *fides quaerens intellectum*, a “fé pedindo auxílio ao intelecto”, de Santo Anselmo, fazendo assim da filosofia *ancilla theologiae*, a serva da fé. Havia sempre o perigo de a serva tornar-se “ama”, conforme a advertência do Papa Gregório IX na Universidade de Paris, que antecipava, em mais de duzentos anos, os fulminantes ataques de Lutero a esta *stultitia*, a esta loucura. Menciono o nome de Gilson certamente não para sugerir comparações — que seriam fatais para mim mesma —, mas, ao invés disso, por um sentimento de gratidão e também com a finalidade de explicar porque daqui por diante evitarei discutir assuntos que foram há muito tempo tratados de maneira tão magistral e com um resultado que está disponível — até mesmo em brochura.

Oitocentos anos separam São Tomás de Santo Agostinho, tempo suficiente não só para fazer do Bispo de Hipona um santo e um Padre da Igreja, mas também para conferir-lhe uma autoridade igual à de Aristóteles e quase igual à de São Paulo, o Apóstolo. Na Idade Média tal autoridade era da maior importância; nada poderia ser mais nocivo a uma nova doutrina do que se declarar abertamente nova; nunca houve maior predomínio daquilo que Gilson chamou de “ipsedixitismo”. Mesmo quando São Tomás discorda completamente de uma opinião, precisa citar alguém de autoridade para estabelecer a doutrina contra a qual irá, então, argumentar. Sem dúvida isso tinha algo a ver com a autoridade absoluta da palavra de Deus, registrada em livros, no Velho e no Novo Testamento, mas o que importa aqui é que quase *todo* autor conhecido — cristão, judeu, muçulmano — era citado como uma “autoridade”, seja para a verdade, seja para alguma inverdade importante.

Em outras palavras, quando estudamos tais obras medievais, precisamos nos lembrar que seus autores viveram em monastérios — sem os quais não existiria nada semelhante a uma “história das idéias” no mundo ocidental —, e isto significa que esses escritos saíram de um mundo de livros. Em contrapartida, as reflexões de Santo Agostinho estiveram intimamente relacionadas com suas experiências; foi importante para ele descrevê-las em detalhe; e mesmo quando tratava de assuntos especulativos tais como a origem do mal (no diálogo *O livre-arbítrio da vontade*, da fase inicial), nem sequer lhe ocorreu citar as opiniões de um sem número de homens eruditos e conceituados no assunto.